

FUNDAÇÃO N. S. DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA V. VOUGA
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 748 476,10	1 775 357,08
Investimentos financeiros		700,92	3 191,13
		<u>1 749 177,02</u>	<u>1 778 548,21</u>
Ativo corrente			
Inventários	9.2 + 9.4	20 337,23	81 902,50
Créditos a receber	9.3		10 348,92
Estado e outros entes públicos			16 046,18
Caixa e depósitos bancários	9.1	89 840,21	
		<u>110 177,44</u>	<u>108 297,60</u>
Total do ativo		<u>1 859 354,46</u>	<u>1 886 845,81</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		568 324,17	568 324,17
Resultados transitados		-410 874,73	-455 209,80
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		<u>1 169 893,55</u>	<u>1 190 573,88</u>
Resultado líquido do período		1 327 342,99	1 303 688,25
Total dos fundos patrimoniais	9.9	130 176,15	44 335,07
		<u>1 457 519,14</u>	<u>1 348 023,32</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9.7	254 718,97	274 222,46
		<u>254 718,97</u>	<u>274 222,46</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	9.6	15 661,55	45 767,85
Estado e outros entes públicos	9.3	14 492,40	18 055,96
Financiamentos obtidos	9.7	19 588,99	19 226,07
Outros passivos correntes	9.8	97 373,41	181 550,15
		<u>147 116,35</u>	<u>264 600,03</u>
Total do passivo		<u>401 835,32</u>	<u>538 822,49</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>1 859 354,46</u>	<u>1 886 845,81</u>

O Contabilista Certificado, 19953

O Conselho de Administração,

FUNDAÇÃO N. S. DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA V. VOUGA
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	7.1	394 242,58	378 447,75
Subsídios, doações e legados à exploração	8	360 612,62	365 443,97
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-87 239,54	-96 128,42
Fornecimentos e serviços externos	7.3	-133 708,26	-117 487,48
Gastos com o pessoal	10	-488 487,35	-471 572,54
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9.5	-919,06	92,62
Outros rendimentos	7.2	148 914,60	45 868,33
Outros gastos	7.4	-13 421,76	-13 065,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		179 993,83	91 599,21
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-43 135,91	-40 227,13
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		136 857,92	51 372,08
Juros e rendimentos similares obtidos		4,71	
Juros e gastos similares suportados	5	-6 686,48	-7 037,01
Resultado antes de impostos		130 176,15	44 335,07
Resultado líquido do período		130 176,15	44 335,07

O Contabilista Certificado, **19953**

Luis Gonçalves

O Conselho de Administração,

Luís Gonçalves
António José
Manoel Ferreira

FUNDAÇÃO N. S. DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA V. VOUGA
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		449 796,78	316 432,04
Recebimentos de subsídios		360 612,62	365 443,97
Pagamentos a fornecedores		-250 194,47	-216 695,85
Pagamentos ao pessoal		-490 986,23	-487 144,51
Caixa gerada pelas operações		69 228,70	-21 964,35
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		761,63	4 844,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		39 935,80	19 587,30
		109 926,13	2 467,19
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-16 387,69	-3 146,82
Investimentos financeiros			-1 652,40
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		6 077,93	26 000,00
Juros e rendimentos similares		4,71	294,90
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-10 305,05	21 495,68
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-19 140,57	-26 304,82
Juros e gastos similares		-6 686,48	-7 253,35
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-25 827,05	-33 558,17
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		73 794,03	-9 595,30
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		16 046,18	25 641,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9.1	89 840,21	16 046,18

O Contabilista Certificado, 19953

O Conselho de Administração,

Manuel de Carvalho

INDICE DO ANEXO

1.	Identificação da entidade	2
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	2
3.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1	Principais políticas contabilísticas	3
3.2	Alteração de políticas contabilísticas, estimativas e erros	7
4.	Ativos fixos tangíveis.....	7
5.	Custos de empréstimos obtidos	8
6.	Inventários	8
7.	Rendimentos e gastos.....	8
7.1	Rérito	8
7.2	Outros rendimentos	9
7.3	Fornecimentos e serviços externos	9
7.4	Outros gastos.....	9
8.	Subsídios e outros apoios das entidades públicas	10
9.	Instrumentos financeiros	10
9.1	Meios financeiros líquidos	10
9.2	Créditos a receber	10
9.3	Estado e outros entes públicos.....	11
9.4	Outras contas a receber	11
9.5	Perdas por imparidade	11
9.6	Fornecedores.....	12
9.7	Financiamentos obtidos	12
9.8	Outros passivos.....	12
9.9	Fundo social.....	13
10.	Benefícios dos empregados	13
11.	Acontecimentos após a data do balanço	13
12.	Outras divulgações.....	13

ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(valores expressos em euros)

31 de dezembro de 2018 e 2017

1. Identificação da entidade

A FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DA FREGUESIA DE VALONGO DO VOUGA, pessoa coletiva n.º 506.083.268, com sede na Rua da Fundação Nossa Senhora da Conceição, n.º 226, Lugar de Brunhido, Valongo do Vouga, é uma Fundação de solidariedade social reconhecida como pessoa de utilidade pública e como Instituição Particular de Solidariedade Social por despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade datado de 29 de novembro de 2000. Por ser uma fundação sem fins lucrativos, a gestão é feita voluntariamente através de Conselho de Administração, com a supervisão do Conselho Fiscal.

A atividade é desenvolvida num único local que é coincidente com a sede.

A natureza da atividade da FUNDAÇÃO consiste na gestão de: um lar para idosos; um centro de dia para idosos; serviços de apoio domiciliário a idosos e outras respostas sociais dirigidas a idosos.

A FUNDAÇÃO é, juridicamente, classificada como um Fundação pelo que não existe nenhuma entidade-mãe.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) prevista pelo sistema de normalização contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da entidade e no regime do acréscimo.

Não ocorreu a derrogação de qualquer disposição prevista na normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

Os conteúdos de todas as contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do exercício anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

As principais bases de mensuração aplicadas na elaboração das presentes demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Salvo indicação em contrário, têm sido aplicadas consistentemente ao longo do tempo.

a) Ativos fixos tangíveis

Inicial: O custo é igual ao preço de compra no momento da sua aquisição ou construção adicionado dos direitos de importação, impostos de compra não reembolsáveis, custos necessários para o colocar em funcionamento, após dedução dos descontos e abatimentos. No caso de bens obtidos a título gratuito é considerado como custo para efeitos de reconhecimento o seu justo valor.

Subsequente: *Modelo do custo* – custo menos as depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Não é considerada qualquer quantia residual.

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue (em anos):

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
	Terrenos	Edifícios				
Vidas úteis		50 anos	6 anos	4 anos	6 anos	10 anos
Taxas de depreciação		2,00%	16,66%	25,00%	16,66%	10,00%
Métodos de depreciação		linha reta	linha reta	linha reta	linha reta	linha reta

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospectiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos.

Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Custos de empréstimos obtidos

Regra geral são considerados como gastos do período.

c) Imparidade de ativos

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não deprecláveis.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida.

d) Inventários

Ao menor entre: (i) o ***custo histórico*** (preço de compra adicionado dos direitos de importação e dos impostos de compra não dedutíveis, dos custos de transporte e de manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição, deduzido dos descontos comerciais e abatimentos) e o (ii) ***valor realizável líquido*** (preço de venda normal estimado menos os custos estimados de conclusão, caso existam, e os custos estimados necessários para efetuar a sua venda).

e) Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".



f) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo o mesmo objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

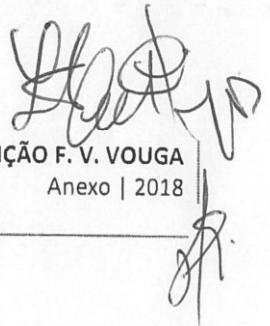
g) Subsídios e outros apoios

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança de que: i) a entidade cumprirá as condições a eles associadas; e ii) os subsídios serão recebidos.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios, doações e legados à exploração” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.



h) Impostos sobre o rendimento

Dada a natureza da instituição, e das atividades desenvolvidas, a FUNDAÇÃO está isenta de imposto sobre o rendimento.

i) Instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira é feito ao custo menos perdas por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

j) Benefícios dos empregados

A entidade não assumiu qualquer responsabilidade por benefícios após a cessação de emprego. A entidade apenas está comprometida com benefícios a curto prazo que resulta diretamente da contraprestação de trabalho por parte dos empregados.

A contabilização destes benefícios é feita de uma forma linear, assumindo num determinado período económico todas as responsabilidades que lhe são inerentes.

Pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo

órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.2 Alteração de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nesta conta é o que resulta do seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais	
	Terrenos	Edifícios						
Em 01.01.2017	Quantias brutas escrituradas	250 150,00	1 930 856,78	146 424,63	116 458,93	113 501,73	2 571,58	2 559 963,65
	Depreciações acumuladas		(336 902,72)	(146 105,79)	(116 458,93)	(112 222,42)	(2 571,58)	(713 263,44)
	Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	250 150,00	1 593 954,06	318,84	0,00	2 279,31	0,00	1 846 702,21
Em 31.12.2017	Adições					2 778,40		2 778,40
	Alienações, sinistros e abates		(36 060,00)					(36 060,00)
	Depreciações		(34 247,52)	(318,86)	0,00	(1 660,75)	0,00	(40 227,13)
	Perdas por imparidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31.12.2017	Quantias brutas escrituradas	250 150,00	1 894 796,78	146 424,63	116 458,93	116 280,13	2 571,58	2 526 682,05
	Depreciações acumuladas		(372 986,64)	(146 424,65)	(116 458,93)	(112 883,17)	(2 571,58)	(751 324,97)
	Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	250 150,00	1 521 810,14	(0,02)	0,00	3 396,96	0,00	1 775 357,08
Em 31.12.2018	Adições				13 238,50	3 016,43		16 254,93
	Alienações, sinistros e abates				(10 973,55)			(10 973,55)
	Depreciações		(36 437,35)		0,00	(2 647,70)	(4 050,86)	0,00
	Perdas por imparidade		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em 31.12.2018	Quantias brutas escrituradas	250 150,00	1 894 796,78	146 424,63	118 723,88	119 296,56	2 571,58	2 531 963,43
	Depreciações acumuladas		(409 423,99)	(146 424,65)	(108 133,08)	(116 934,03)	(2 571,58)	(783 487,33)
	Perdas por imparidade acumuladas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Quantias líquidas escrituradas	250 150,00	1 485 372,79	(0,02)	10 590,80	2 362,53	0,00	1 748 476,10

A FUNDAÇÃO deu como garantia do bom cumprimento do financiamento bancário contraído junto da Caixa de Crédito Agrícola do Baixo Vouga, com o valor em dívida a 31/12/2018 de 274.307,96 (duzentos e setenta e

quatro mil, trezentos e sete euros e noventa e seis cêntimos) (293.448,53 euros em 2017), a hipoteca das suas instalações onde fica localizada a sede.

Não existem quaisquer compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. Custos de empréstimos obtidos

Gastos de financiamento	2018	2017
Juros suportados	6 598,89	6 865,87
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	87,59	171,14
Totals ...	6 686,48	7 037,01

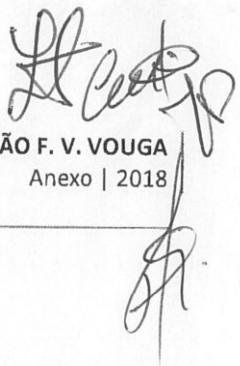
6. Inventários

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Quantias de Inventários reconhecidas como gastos durante o período	2018			2017		
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totals	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totals
Inventários no começo do período	+	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	+	0,00	87 239,54	87 239,54	0,00	96 128,42	96 128,42
Reclassificações e regularizações	/-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inventários no fim do período	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	=	0,00	87 239,54	87 239,54	0,00	96 128,42	96 128,42
Totals ...	=	0,00	87 239,54	87 239,54	0,00	96 128,42	96 128,42

7. Rendimentos e gastos

7.1 Réido

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2018			2017			2016	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	
Vendas de mercadorias	0,00	0,00%		0,00	0,00%		0,00	
Prestação de serviços	394 242,58	100,00%	4,17%	378 447,75	100,00%	20,86%	313 122,30	
Juros	4,71	0,00%	0,00%	0,00	0,00%		8,95	
Totals ...	394 247,29	100,00%	4,17%	378 447,75	100,00%	20,86%	313 131,25	



7.2 Outros rendimentos

Outros rendimentos	2018	2017
Rendimentos suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	426,47	288,86
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	6 577,93	294,90
Outras	141 910,20	45 284,57
Totais ...	148 914,60	45 868,33

7.3 Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2018	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	52 641,75	49 280,35
Materiais	12 053,53	5 182,33
Energia e fluídos	44 926,36	40 381,34
Deslocações, estadas e transportes	696,80	101,57
Serviços diversos	23 389,82	22 541,89
Totais ...	133 708,26	117 487,48

7.4 Outros gastos

Outros gastos	2018	2017
Impostos	317,31	442,87
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	3,94
Dívidas incobráveis	217,02	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	132,76	8 264,82
Outros	12 754,67	4 353,39
Totais ...	13 421,76	13 065,02

8. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	2018				2017			
	Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço		
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)		
Não reembolsáveis								
Subsídios relacionados com ativos	PARES - ISS	14 565,37	597 179,97	14 565,37	611 745,34			
	Outros [CMA IF]	6 114,96	250 713,58	6 114,96	256 828,54			
	Subtotais ...	0,00	20 680,33	847 893,55	0,00	20 680,33	868 573,88	
Subsídios relacionados com resultados	Acordo LAR-CD-SAD	352 875,58		351 803,21				
	IEFP Outros	7 737,04		13 640,76				
	Subtotais ...	360 612,62	0,00	0,00	365 443,97	0,00	0,00	
	Totais ...	360 612,62	20 680,33	847 893,55	365 443,97	20 680,33	868 573,88	

Não existem condições não satisfeitas, ou contingentes, relacionadas com os apoios recebidos e reconhecidos.

Os principais doadores/fontes de fundos são o ISS (Instituto da Segurança Social).

9. Instrumentos financeiros

9.1 Meios financeiros líquidos

Meios financeiros líquidos constantes do balanço	31.12.2018	31.12.2017
Caixa	146,77	221,60
Depósitos bancários	89 693,44	15 824,58
Totais ...	89 840,21	16 046,18

9.2 Créditos a receber

Decomposição da rubrica de créditos a receber	31.12.2018	31.12.2017
Contas a receber de clientes	20 188,51	24 285,51
Menos: imparidade das contas a receber (clientes)	-2 703,26	-1 784,20
Contas a receber de clientes (líquido)	17 485,25	22 501,31
Contas a receber de partes relacionadas		
Menos: parcela não corrente - Clientes		
Parcela corrente	17 485,25	22 501,31

9.3 Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresentava as seguintes quantias:

Decomposição da rubrica do Estado e outros entes públicos	31.12.2018		31.12.2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Impostos / Rendimento Pessoas Coletivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos / Rendimento Pessoas Singulares	0,00	2 230,91	0,00	2 780,84
Impostos / o Valor Acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	12 261,49	10 348,92	12 813,18
Outros	0,00	0,00	0,00	2 461,94
Total ...	0,00	14 492,40	10 348,92	18 055,96

9.4 Outras contas a receber

Decomposição de outros ativos a receber	31.12.2018	31.12.2017
Saldos devedores de fornecedores	1 874,20	453,20
Saldo devedor do pessoal	477,78	
Outras ...	500,00	58 947,99
Total de outras contas a receber ...	2 851,98	59 401,19
Otras contas a receber partes relacionadas		
Menos: Parcela não corrente - Outras contas a receber		
Parcela corrente	2 851,98	59 401,19

9.5 Perdas por imparidade

Quantias das perdas por imparidade reconhecidas para cada uma das classes de ativos financeiros	31.12.2018			31.12.2017		
	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias (líquidas) escrituradas
Clientes	20 188,51	(2 703,26)	17 485,25	24 285,51	(1 784,20)	22 501,31
Fornecedores	1 874,20	0,00	1 874,20	453,20	0,00	453,20
Pessoal	477,78	0,00	477,78	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	500,00	0,00	500,00	58 947,99	0,00	58 947,99
Totais ...	23 040,49	(2 703,26)	20 337,23	83 686,70	(1 784,20)	81 902,50

9.6 Fornecedores

Decomposição da rubrica de fornecedores	31.12.2018	31.12.2017
Contas a pagar a fornecedores	15 661,55	45 767,85
Contas a pagar a partes relacionadas		
Menos: parcela não corrente - Fornecedores		
Parcela corrente	15 661,55	45 767,85

9.7 Financiamentos obtidos

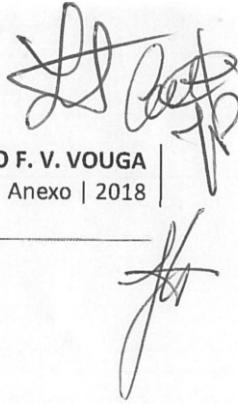
Decomposição da rubrica de Financiamentos Obtidos	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos bancários	274 307,96	293 448,53
Outros Financiadores	0,00	0,00
Total ...	274 307,96	293 448,53
Parcela não corrente (-)	-254 718,97	-274 222,46
Dívida corrente ...	19 588,99	19 226,07

Os empréstimos bancários estão, na sua integralidade, denominados em euros e vencem juros a taxas de mercado. Não existem garantias para o cumprimento das responsabilidades bancárias.

O financiamento apresentado pela Fundação beneficia de hipoteca sobre o imóvel sede.

9.8 Outros passivos

Decomposição de outros passivos	31.12.2018	31.12.2017
Estimativa de férias e subsídio de férias	59 127,16	59 139,41
Adiantamento por conta de mensalidades	26 684,48	34 068,92
Empréstimos (Lanidor e Liga dos Amigos)	7 000,00	87 000,00
Outras ...	4 561,77	1 341,82
Total de outros passivos ...	97 373,41	181 550,15
Outros passivos partes relacionadas		
Menos: Parcela não corrente - Outros passivos		
Parcela corrente	97 373,41	181 550,15



9.9 Fundo social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, era a seguinte a composição do fundo social da Instituição:

	2018	2017
Fundo social	568 324,17	568 324,17
Resultados transitados	-410 874,73	-455 209,80
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios ao investimento	847 893,55	868 573,88
Doações	322 000,00	322 000,00
Resultado líquido do período	130 176,15	44 335,07
 Total ...	 1 457 519,14	 1 348 023,32

10. Benefícios dos empregados

	2018	2017
Número de pessoas ao serviço	37	37
Número médio de empregados	37	37
Número de empregados no fim do período	37	37

	2018	2017
Órgão diretivos	7	7
Número de membros das órgãos diretivos	0	0
Remunerações dos órgãos diretivos	0	0

11. Acontecimentos após a data do balanço

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço.

12. Outras divulgações

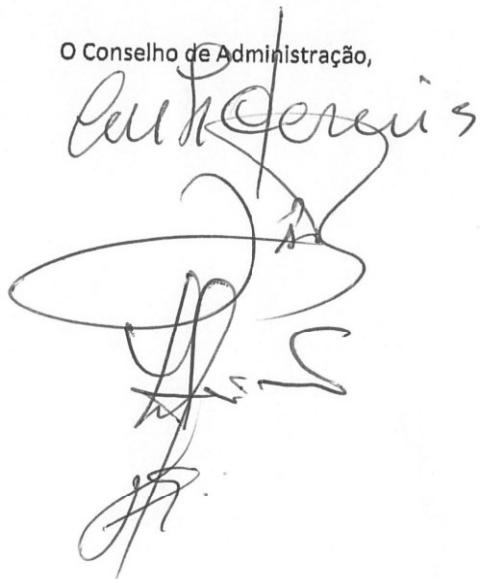
O resultado positivo alcançado, de 130.176 euros (2017: 44.335 euros), resulta da atividade normal da FUNDAÇÃO.

A Entidade é uma IPSS isenta de imposto do rendimento, e sem transações sujeitas a tributação autónoma, pelo que não regista qualquer gasto de imposto nas suas contas.

Valongo do Vouga, 17 de fevereiro de 2020

CC n.º 19953

O Conselho de Administração,

A large, handwritten signature in black ink, appearing to read "Conselho de Administração", is positioned above a smaller, more stylized signature. The larger signature is composed of flowing, expressive strokes, while the smaller one below it is more compact and formal.